MULHER ESCRAVIZADA NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS: DA COLÔNIA A CONTEMPORANEIDADE

FERNANDA BORGES DA SILVA

RESUMO: A trajetória da mulher negra escravizada no Brasil revela uma dupla condição de exploração: pela violência do sistema escravista e pelas opressões de gênero que marcaram sua vida cotidiana. Submetidas ao trabalho forçado, à exploração sexual e ao apagamento cultural, essas mulheres também desempenharam papel central na preservação de tradições africanas, na formação da cultura popular e na resistência contra a desumanização. No contexto contemporâneo, as marcas desse passado permanecem evidentes nas desigualdades sociais, raciais e de gênero, que atingem especialmente mulheres negras em áreas como o mercado de trabalho, a educação e o acesso à saúde. Ao mesmo tempo, observa-se o fortalecimento de movimentos feministas negros, que reivindicam representatividade, valorização da herança cultural africana e políticas públicas reparatórias. Assim, refletir sobre a mulher escravizada no Brasil e suas reverberações atuais é fundamental para compreender a historicidade das desigualdades e os caminhos possíveis para uma sociedade mais justa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: mulher escravizada; resistência; feminismo negro; desigualdade; Brasil contemporâneo.

ABSTRACT: The trajetory of enslaved black women in Brazil reveals a dual condition of exploitation: the violence of the slave system, and the gender-based oppressions that shaped their daily lives. Subject to forced labor, sexual exploitation, and cultural erasure, these women also played a central role in preserving african traditions, shaping popular culture, and resisting dehumanization. In contemporary times, the legacies of this past remain evident in social, racial and gender inequalities, which particularly affect black women in areas such as the labor market, education, and acces to healthcare. At the same time, the strengthening of black feminist movements highlights the demand for representation, the valorization of african cultural heritage and the implementation of reparative public policies, Therefore, reflecting on the historical experiences of enslaved women in Brazil and their contemporary reverberations in essential for understanding the roots of inequality and envisioning paths toward a more just and inclusive society.

KEY- WORDS: Enslaved woman; resistance; black feminism; inequality; contemporary Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A presença da mulher africana escravizada no Brasil colonial e imperial constitui um dos capítulos mais significativos e dolorosos da história social do país. Para além da condição de mão de obra explorada, essas mulheres foram alvo de múltiplas violências que se expressaram na sobreposição de opressões de raça, gênero e classe. Sua participação, entretanto, não se limitou à submissão: as mulheres escravizadas atuaram como agentes de resistência, preservando tradições culturais, organizando redes de solidariedade e contribuindo decisivamente para a formação da identidade nacional.

No Brasil contemporâneo, os reflexos dessa herança permanecem vivos, manifestando-se nas desigualdades sociais e raciais que afetam de forma desproporcional as mulheres negras. Questões como a precarização do trabalho, a violência doméstica, a invisibilidade acadêmica e política, bem como a dificuldade de acesso a serviços básicos, evidencia a permanência de estruturas históricas de exclusão.

A análise da trajetória da mulher escravizada e suas reverberações atuais revela não apenas as continuidades de opressões, mas também a força da resistência e a centralidade das lutas feministas negras no combate ao racismo e ao sexismo estrutural. Dessa forma, investigar esse percurso histórico e suas implicações contemporâneas é fundamental para compreender a complexidade das desigualdades no Brasil e apontar caminhos de transformação social pautados pela justiça, representatividade e reparação histórica.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 DIREITOS HUMANOS E ESCRAVIDÃO

A história da escravidão no Brasil é considerada significativa, sobretudo para as mulheres, uma vez que as africanas escravizadas exerceram papel central na constituição da sociedade brasileira, não apenas como mão de obra indispensável ao sistema econômico colonial e imperial, mas também como agentes de preservação e transmissão de heranças culturais africanas, que marcaram profundamente a identidade nacional. Pensando sobre os direitos humanos, essa análise evidencia que a escravidão representou uma violação sistemática e estrutural de direitos fundamentais, incluindo o direito à liberdade, à dignidade, à integridade física e à igualdade de oportunidades. Reconhecer a contribuição das mulheres africanas escravizadas, portanto, implica também compreender a historicidade das injustiças sofridas e a necessidade de políticas e práticas contemporâneas que promovam reparação, equidade e valorização da diversidade cultural, em consonância com os princípios universais dos direitos humanos.

A trajetória da mulher africana escravizada no Brasil evidencia não apenas a exploração econômica e social sofrida, mas também a violação sistemática de direitos fundamentais que hoje são reconhecidos como Direitos Humanos, incluindo o direito à liberdade, à igualdade, à integridade física e à dignidade. Esses direitos preveem a proteção de todos os indivíduos contra discriminação, opressão e violência, bem como o acesso a condições mínimas de vida digna, educação, saúde e participação social. A análise histórica da escravidão mostra que tais garantias foram negadas às mulheres negras, cujas contribuições culturais, sociais e econômicas foram frequentemente invisibilizadas. Na contemporaneidade, os Direitos Humanos orientam políticas públicas e práticas de reparação, buscando reduzir desigualdades estruturais de gênero e raça, promover representatividade e fortalecer o protagonismo das mulheres negras na sociedade brasileira. Assim, compreender a trajetória das mulheres africanas escravizadas sob a ótica dos Direitos Humanos permite não apenas reconhecer injustiças históricas, mas também consolidar caminhos para equidade, inclusão e valorização da diversidade cultural no Brasil atual.

A escravização trata-se de um episódio doloroso, marcado na história do Brasil, em virtude da sobreposição de violências a que foram submetidas: além do trabalho forçado nas lavouras, nos serviços urbanos e domésticos, sofreram exploração sexual, controle reprodutivo e desumanização sistemática. Essa dupla opressão, de raça e de gênero, colocou a mulher escravizada em uma condição singular de vulnerabilidade, mas também a tornou protagonista de formas diversas de resistência — desde a manutenção de práticas culturais até a participação em redes de solidariedade e em quilombos.

2.2 HERANÇAS AFRICANAS

2.2.1 CULINÁRIA

Na culinária, as mulheres africanas transmitiram técnicas de preparos de alimentos, ingredientes e modos de preparo que hoje em dia fazem parte da base da culinária brasileira. O uso do dendê, inhame, quiabo, feijão, pimenta, preparo de pratos como acarajé, vatapá e caruru. A moqueca, prato tradicional da culinária brasileira, representa um exemplo significativo da síntese cultural entre populações indígenas, europeias e africanas. Sua origem remonta aos povos indígenas que habitavam a região costeira do Brasil, que já preparavam peixes e frutos do mar em panelas de barro, utilizando técnicas de cocção e temperos naturais disponíveis localmente. Com a chegada dos portugueses e, posteriormente, dos africanos trazidos como escravizados, a receita original foi sendo transformada e enriquecida, incorporando novos ingredientes e métodos culinários.

A influência africana é particularmente marcante na moqueca baiana, que se distingue pelo uso de dendê e leite de coco, ingredientes oriundos da tradição culinária africana, além da inclusão de pimentões, coentro, cebola e outros temperos intensos. Essa adaptação não apenas diversificou o sabor do prato, mas também consolidou elementos da cultura afro-brasileira na gastronomia nacional. Já a moqueca capixaba, típica do Espírito Santo, mantém uma proximidade maior com a receita indígena original, utili-

zando peixe fresco, tomate, cebola, coentro, alho, azeite de oliva e urucum, preservando a cocção em panela de barro, mas sem a adição de dendê ou leite de coco.

Assim, a moqueca evidencia como a culinária brasileira é resultado de processos de miscigenação cultural, nos quais saberes indígenas, europeus e africanos se entrelaçam, refletindo não apenas a diversidade de ingredientes e técnicas, mas também a herança histórica e social das populações que contribuíram para a formação da identidade nacional. Em particular, a influência africana na moqueca baiana simboliza a presença duradoura das mulheres negras e africanas na transmissão de saberes culinários e culturais, reforçando a importância de reconhecer essas contribuições no estudo da história e cultura brasileira. Mistura essa que é só mais uma herança deixada pelas mulheres africanas que, por estarem muitas vezes no espaço doméstico, foram responsáveis diretas pela preservação e aprimoramento da culinária brasileira.

2.2.2 RELIGIOSIDADE

No que diz respeito a religião as guardiãs e sacerdotisas em tradições como o candomblé, que se estruturou em torno da liderança feminina (Ialorixás). Mantiveram cultos aos orixás, práticas de rezas, benzimentos, feitiçaria de resistência e religiosidade sincrética (mesclando elementos católicos e africanos). Vale dizer que a Umbanda nasceu no Brasil, mais especificamente em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, em um período de grandes transformações sociais e culturais. Após a abolição da escravatura em 1888, diversas práticas religiosas de matriz africana começaram a se consolidar, apesar da repressão e marginalização que enfrentavam. A religião se desenvolveu em um ambiente de sincretismo, onde elementos de diferentes tradições se misturavam, criando uma nova forma de espiritualidade. Nesse processo, a Umbanda incorporou práticas de origem africana, indígena e europeia, mesclando o culto aos orixás, a pajelança, o espiritismo kardecista e o catolicismo popular. Essa confluência resultou em uma expressão religiosa própria do contexto brasileiro, marcada pela valorização da ancestralidade, pelo culto aos guias espirituais e pela busca de cura e proteção. Assim, a Umbanda reflete tanto a resistência cultural da população negra e indígena quanto a capacidade de ressignificação diante das adversidades impostas pela sociedade pós-abolicionista. á o Candomblé é uma religião afro-brasileira em que se pratica o culto de divindades de origem africana chamadas orixás. Assim, apesar de ter nascido na Bahia, no século XIX, o Candomblé foi formado a partir de tradições religiosas africanas de povos iorubás. Essas tradições foram trazidas ao Brasil por populações negras escravizadas vindas de países da África Ocidental, como Nigéria, Benin e Togo. No território brasileiro, essas práticas foram recriadas em um contexto de intensa repressão religiosa e cultural, mas também de resistência, preservando elementos centrais como a música, a dança, o toque dos tambores, os rituais de iniciação e a transmissão oral dos saberes. O Candomblé consolidou-se, assim, como uma das mais importantes expressões da herança africana no Brasil, mantendo viva a cosmologia iorubá e reafirmando a identidade cultural da população negra diante das tentativas de apagamento promovidas pela sociedade escravista e pelo Estado.

2.2.4 LÍNGUA E ORALIDADE

Sobre a influência da língua e oralidade brasileira as mulheres africanas escravizadas desempenharam um papel essencial na preservação e transmissão de elementos de matriz africana no Brasil. Por meio da convivência cotidiana e das relações comunitárias, transmitiram palavras de origem africana que foram incorporadas ao português falado no país, como axé, acarajé, cafuné, senzala e quilombo, demonstrando a permanência da herança linguística africana na formação cultural brasileira. Além do vocabulário, essas mulheres foram guardiãs de narrativas orais, perpetuando cantigas, histórias, provérbios e mitos que, ao serem ensinados às novas gerações, mantiveram viva a memória coletiva e reforçaram os laços de identidade entre descendentes de africanos. Esse processo de transmissão oral, muitas vezes invisibilizado pela historiografia tradicional, constitui uma das formas mais resistentes e eficazes de preservação cultural diante das tentativas de silenciamento impostas pelo

regime escravista.

2.2.5 MUSICALIDADE

Sobre as heranças musicais as mulheres africanas escravizadas exerceram papel central na preservação e transmissão das manifestações musicais e coreográficas de matriz africana no Brasil. Por meio do ensino de ritmos, instrumentos e coreografias trazidos de diferentes regiões da África, garantiram a continuidade de práticas culturais que se tornariam fundamentais na formação da identidade cultural brasileira. Além disso, foram responsáveis pela transmissão de cantos de trabalho, cânticos religiosos, lundus e batuques, que serviam tanto como forma de resistência simbólica quanto como expressão comunitária e espiritual. Esses elementos musicais, ao serem incorporados ao cotidiano e às festividades populares, deram origem a importantes manifestações culturais brasileiras, como o samba, o maracatu, a capoeira e outros ritmos regionais. Dessa forma, a atuação das mulheres escravizadas na música e na dança não apenas preservou tradições africanas, mas também contribuiu decisivamente para a construção de uma memória cultural coletiva que atravessa gerações.

2.2.6 MEDICINA

Também há uma forte marca ancestral africana nos aspectos no que diz respeito às práticas e cuidados com a saúde onde as mulheres africanas escravizadas desempenharam papel fundamental na preservação e transmissão dos saberes tradicionais sobre este aspecto. Como parteiras, curandeiras e detentoras do conhecimento sobre ervas medicinais, elas garantiam a continuidade de práticas terapêuticas e preventivas que eram essenciais para a sobrevivência das comunidades escravizadas. Além disso, ao cuidarem de crianças, preservaram técnicas de massagem, banhos de ervas e rezas de proteção, transmitindo não apenas conhecimentos de cura física, mas também formas de proteção espiritual e fortalecimento da coletividade. Essas práticas representavam uma forma de resistência cultural frente à desumanização do sistema escravista e constituíram um legado duradouro, que influencia até hoje saberes populares, práticas de medicina tradicional e a valorização da ancestralidade africana na sociedade brasileira.

2.2.7 LUTA E RESISTÊNCIA

As mulheres africanas escravizadas também desempenharam papel central na organização e resistência das comunidades negras, atuando ativamente nos quilombos e em redes de solidariedade entre os escravizados. Por meio dessas estruturas, criavam espaços de proteção e autonomia, capazes de enfrentar a violência e o controle imposto pelo sistema escravista. Ademais, desenvolveram práticas de transmissão cultural, como a maternagem coletiva e o ensino da língua materna, que fortaleciam a memória cultural e asseguravam a preservação de valores, saberes e tradições africanas entre gerações. Tais estratégias representavam formas de resistência simbólica e prática, permitindo que as comunidades mantivessem coesão social e identidade cultural, apesar das tentativas de desestruturação e apagamento promovidas pela escravidão.

As marcas desse processo histórico permanecem visíveis no Brasil contemporâneo, refletindo-se nas desigualdades que ainda atingem, de modo desproporcional, as mulheres negras.

3. CONTEMPORANEIDADE

No Brasil contemporâneo, a herança da escravidão se manifesta de forma clara nas desigualdades sociais, raciais e de gênero, que afetam de modo mais intenso as mulheres negras. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) indicam que essas mulheres recebem, em média, cerca de 60% do rendimento das mulheres brancas, refletindo disparidades salariais persistentes. Elas também apresentam maior presença em ocupações informais e setores de menor remuneração, evidenciando a precarização do trabalho. No campo educacional, embora tenham ocorrido avanços na escolarização, as taxas de conclusão do ensino médio e superior permanecem inferiores às de mulheres brancas. Na saúde, destaca-se a elevada mortalidade materna: segundo o Ministério da Saúde (2022), mulheres negras têm quase o dobro de risco de óbito materno em comparação às mulheres brancas. Além disso, enfrentam taxas des-

proporcionais de violência doméstica e feminicídio (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Esses indicadores demonstram que as desigualdades históricas herdadas do período escravista continuam estruturando a vida social, econômica e política das mulheres negras no Brasil atual. Diante dessas desigualdades estruturais, os movimentos feministas negros têm se constituído como agentes fundamentais de resistência e transformação social no Brasil contemporâneo. Essas organizações e coletivos denunciam o racismo e o sexismo estruturais, reivindicam maior representatividade em espaços políticos, acadêmicos e culturais, e promovem ações de conscientização sobre os impactos históricos da escravidão na vida das mulheres negras. Paralelamente, a formulação e implementação de políticas públicas de reparação — como cotas raciais em universidades e serviços públicos, programas de fomento à educação e ao empreendedorismo negro, e medidas de proteção contra a violência de gênero — buscam corrigir desigualdades históricas e fortalecer oportunidades de inclusão social. Assim, a atuação dos movimentos feministas negros e das políticas reparatórias evidencia que o enfrentamento das desigualdades contemporâneas está intrinsecamente ligado à valorização da ancestralidade africana e à promoção da justiça social, reafirmando a centralidade das mulheres negras na construção de um Brasil mais justo e equitativo.

Dados sobre o mercado de trabalho, a escolarização, a mortalidade materna e a violência de gênero evidenciam a permanência de estruturas históricas de exclusão que têm raízes no período escravista e continuam a impactar as mulheres negras no Brasil contemporâneo. No mercado de trabalho, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) indicam que mulheres negras recebem salários significativamente inferiores aos de mulheres brancas, ocupam em maior proporção empregos informais e enfrentam menores oportunidades de ascensão profissional. No campo educacional, embora tenha havido avanços na escolarização, as taxas de conclusão do ensino médio e superior ainda são menores entre mulheres negras, refletindo barreiras socioeconômicas e históricas. Quanto à saúde, dados do Ministério da Saúde (2022) apontam que a mortalidade materna entre mulheres negras é quase o dobro da registrada entre mulheres brancas, evidenciando desigualdades no acesso a serviços de qualidade. Além disso, a violência de gênero afeta desproporcionalmente as mulheres negras, como mostram os relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), incluindo altos índices de feminicídio e violência doméstica. Esses indicadores demonstram que as desigualdades estruturais não são apenas consequências de fatores socioeconômicos contemporâneos, mas sim a continuação de processos históricos de marginalização e opressão.

Nesse cenário, o feminismo negro e os movimentos sociais têm desempenhado papel fundamental ao denunciar o racismo e o sexismo estruturais, reivindicando representatividade, políticas de reparação e valorização da herança cultural africana. A reflexão sobre a trajetória da mulher escravizada e suas repercussões na atualidade, portanto, não se limita a uma análise histórica, mas constitui uma chave interpretativa indispensável para compreender os desafios contemporâneos e apontar caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4. A ESCRAVIZAÇÃO E O PAPEL DA ESCOLA

Como educadora é importante salientar que escola tem um papel muito importante para reflexão sobre a trajetória da mulher escravizada e suas repercussões na atualidade, portanto, não se limita a uma análise histórica, mas constitui uma chave interpretativa indispensável para compreender os desafios contemporâneos e apontar caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse contexto, a escola desempenha um papel central, atuando como espaço de formação crítica e de promoção da cidadania. Por meio da inclusão de conteúdos históricos e culturais que abordem a escravidão, o racismo estrutural e a contribuição das mulheres negras na construção da sociedade brasileira, a instituição escolar contribui para a valorização da diversidade e o combate a estereótipos e preconceitos.

Para que isso ocorra, os professores podem

adotar práticas pedagógicas ativas e inclusivas que valorizem a diversidade e a memória histórica. Entre essas estratégias, destacam-se a utilização de materiais didáticos que abordem a história e a cultura africana e afro-brasileira, a realização de projetos interdisciplinares sobre resistência e protagonismo feminino negro, e a promoção de debates e rodas de conversa sobre racismo, gênero e desigualdades sociais. A escola também pode organizar atividades culturais, como exposições, apresentações de dança, música e literatura afro-brasileira, e incentivar a produção de trabalhos acadêmicos e artísticos que valorizem figuras históricas e contemporâneas de mulheres negras. Além disso, a formação continuada de docentes sobre questões étnico-raciais e de gênero é essencial para que as abordagens pedagógicas sejam consistentes e sensíveis à realidade dos estudantes. Práticas pedagógicas que integrem disciplinas como História, Geografia, Literatura, Sociologia, Matemática e Língua Portuguesa aliadas a projetos interdisciplinares e atividades culturais, permitem aos estudantes compreender a historicidade das desigualdades e a importância da resistência e da ancestralidade africana. Essas práticas pedagógicas que valorizam a trajetória da mulher escravizada e suas repercussões contemporâneas podem ser abordadas de forma interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina para ampliar a compreensão crítica dos estudantes. Em História, é possível explorar o período da escravidão, a resistência das mulheres negras, a formação de quilombos e a construção da sociedade brasileira, incluindo debates sobre racismo estrutural e políticas de reparação. Na Geografia, pode-se analisar a distribuição histórica e atual da população negra no Brasil, os impactos socioeconômicos da desigualdade racial e de gênero, e o acesso desigual a serviços urbanos e rurais, além da localização de territórios africanos invadidos para o sequestro dos povos à escravização. Considerando que a maioria dos estudantes ainda não reconhece a África como um continente formado por diversos países, torna-se essencial que o ensino escolar inclua abordagens que apresentem sua diversidade geográfica, cultural e histórica. Essa percepção contribui para a valorização das contribuições africanas na formação da sociedade brasileira, favorece a compreensão da complexidade das diásporas africanas e fortalece a consciência crítica dos alunos em relação a estereótipos, preconceitos e desigualdades raciais. Ao contextualizar a África de forma plural e multifacetada, a escola possibilita que os estudantes reconheçam as origens culturais, sociais e políticas das populações afrodescendentes. Na Literatura, a abordagem inclui a leitura e análise de obras escritas por autoras negras - como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e atual Djamila Ribeiro, entre outras - contos e poesias que refletem experiências de opressão e resistência, bem como a valorização da oralidade afro-brasileira. Na Sociologia, os alunos podem estudar estruturas sociais, relações de poder, movimentos sociais feministas negros e questões de identidade e representatividade. Na Matemática, é possível trabalhar com estatísticas e gráficos que retratem desigualdades salariais, educacionais e de saúde, promovendo compreensão numérica das disparidades sociais, além de jogos como a Mancala, Ludu Africano, Jogos de corda e corridas tradicionais africanas, por exemplo, juntamente com a Educação Física. Por fim, na Língua Portuguesa, pode-se desenvolver atividades de interpretação de textos, produção de ensaios e pesquisas que reflitam sobre racismo, gênero e memória histórica, além de valorizar a incorporação de termos de origem africana na língua. Essa abordagem interdisciplinar permite que os estudantes compreendam a complexidade das desigualdades e o protagonismo das mulheres negras de maneira integrada e contextualizada, fortalecendo a formação crítica e cidadã.

Essas práticas contribuem para a construção de um ambiente escolar crítico e inclusivo, capaz de fomentar a consciência social e o engajamento em iniciativas de justiça e equidade, um trabalho que terá resultados a longo prazo, refletindo-se na formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e comprometidos com a promoção da diversidade, do respeito às diferenças e da redução das desigualdades sociais e raciais na sociedade.

3. CONCLUSÃO

A trajetória da mulher africana escravizada

no Brasil revela não apenas a intensidade das opressões vividas, mas também a força da resistência cultural, social e espiritual que contribuiu decisivamente para a formação da sociedade brasileira. Essa herança permanece presente nas desigualdades contemporâneas e nos movimentos de luta por justiça e equidade, reforçando a centralidade das mulheres negras na história e na construção do país. A educação escolar desempenha papel estratégico nesse processo, promovendo reflexão crítica, valorização da ancestralidade africana e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e interdisciplinares. Assim, compreender a trajetória da mulher escravizada constitui não apenas um exercício histórico, mas uma ferramenta essencial para enfrentar desigualdades contemporâneas e construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva, na qual a memória, a cultura e o protagonismo das mulheres negras sejam reconhecidas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rendimento-hora dos trabalhadores brancos era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mortalidade materna de mulheres negras é duas vezes maior que de brancas. Agência Brasil, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/morte-de-maes-negras-e-duas-vezes-maior-que-de-brancas-aponta-pesquisa. Acesso em: 8 set. 2025.

CUNHA, Beatriz Monteiro da. Vivendo em Sociedade. Coleção Aventura Humana. São Paulo.Evoluir,1998

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

EVARISTO, Conceição. Olhos D'Água. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Homicídio de mulheres negras e não negras no Brasil. Fonte Segura, 2023. Disponível em: https://fontesegura.forumseguranca.org.br/homicidio-de-mulheres-negras-e-nao-negras-no-brasil/. Acesso em: 8 set. 2025.

GONÇALVES, Ana Maria. Um Defeito de Cor. Rio de Janeiro: Record, 2006.

JESUS,Carolina Maria de Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada. 1. ed. São Paulo: Ática, 1960.

CISALPINO, Murilo. Religiões. São Paulo: Scipione, 1994.

SANTOS, Ivanir. Marchar não é Caminhar. Interfaces Políticas das religiões de Matriz Africana no Rio de Janeiro. 1 Ed.- Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

SOBRAL, Christiane. Poemas Negros. São Paulo: Selo Negro, 1999.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. Jogos de Matemática de 1º a 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2007

RIBEIRO, Djamila. Quem Tem Medo do Feminismo Negro? São Paulo: Letramento, 2018.

RIBEIRO, Djammila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2023

SILVA, Carla Akotirene. O que é interseccionalidade? 1. ed. São Paulo: Letramento, 2018.

SILVA, Carla Akotirene. Ó pa í, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas. São Paulo: Letramento, 2020.

SANTOS, Raquel Buzatti; CORRÊA, Júlia Batista. A inclusão da mulher negra em instituições acadêmicas de ensino. 2019. Disponível em: https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2019/XXIV%20SEMINARIO%20INTERINSTITUCIONAL/Mostra%20de%20Iniciacao%20Cientifica/Ciencias%20Sociais%20e%20Humanidades/TRABALHO%20COMPLETO/A%20INCLUS%C3%83O%20DA%20MULHER%20NEGRA%20EM%20INSTITUI%C3%87%C3%95ES%20ACAD%C3%8AMICAS%20DE%20ENSINO_8836.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.